

A inferência de intenções na interação autor/leitor¹

The intentional inference in author/reader interaction

Maria Lúcia Ribeiro de OLIVEIRA²

Resumo: Tendo em vista a abordagem intencional/inferencial quanto ao processo de comunicação linguística, a noção de texto como uma ocorrência comunicativa e a leitura como um processo interativo/inferencial, focalizamos a organização intencional/inferencial do texto por meio das intenções pretendidas pelo autor e das intenções alcançadas pelo leitor através das inferências realizadas. Assim, o objetivo do presente artigo é mostrar a leitura como um ato de interação comunicativa e um processo inferencial. Fundamenta-se, este estudo, em Cavalcanti (1983), Clark e Reviland (1974), Clark (1977 a e b), Flood (1981), Grice (1975), Halliday e Hasan (1976), Marcuschi (1983,1985; 2009), Sanford e Garrod (1981) e Widdowson (1978; 1979).

Palavras-chave: Leitura. Interação. Intenção. Inferência.

Abstract: By taking into account the intention and inference approach in the linguistic communicative process and the text as a communicative occurrence and reading as an interactive inference process, this study deals with the intentional inference organization of the text by means of the author's intentions in the text and the reader's inferences processed. Thus, the aim of this article is to show reading as an act of communicative interaction and an inferential process. This research is founded in Grice (1975), Halliday e Hasan (1976), Marcuschi (1983,1985; 2009), Sanford and Garrod (1981) and Widdowson (1978; 1979).

Keywords: Reading. Interaction. Intention. Inference.

Introdução

Gostaríamos de deixar claro que o presente artigo é apenas um pequeno recorte do estudo desenvolvido em nossa dissertação de mestrado *A inferência de intenções na interação autor/leitor (1986)*. Salientamos, ainda, que não vamos descrever as habilidades desenvolvidas durante a leitura e nem fazer um estudo profundo do que existe até agora sobre o assunto. Faremos apenas uma explanação a respeito desse item, destacando o aspecto comunicativo da leitura sob, um ponto de vista pragmático, a partir das ideias defendidas por Cavalcanti (1983), Clark and Reviland (1974), Clark (1977a e b), Flood (1981), Grice (1975), Halliday and Hasan (1976), Marcuschi (1983; 1985; 2009), Sanford and Garrod (1981) e Widdowson (1978; 1979).

Nossa proposta é, principalmente, destacar alguns pontos relevantes, pois sabemos que a leitura envolve elementos sintáticos, semânticos e pragmáticos, dentre outros, além de depender de fatores linguísticos e extralinguísticos. Assim, nossa preocupação é evidenciar dois aspectos no processo da leitura: o interativo e o inferencial.

¹ Texto publicado como capítulo da Coleção Luiz Antônio Marcuschi, Um linguista, orientações diversas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009, v.1, p. 83-88.

² Mestre em Letras/Linguística pela UFPE e professora de Linguística da FAFIRE.

Leitura: um ato de interação comunicativa

“[...] A leitura deve ser vista não como uma reação ao texto, mas como uma interação entre o autor e o leitor, mediada através do texto.” Essa é a noção básica de leitura desenvolvida por Widdowson (1979, p. 174) e por aqueles que defendem a noção de leitura como um processo essencialmente comunicativo.

“Trata-se de um ato de interação comunicativa que se desenvolve entre o leitor e o autor, com base no texto [...]”. Esse é o tripé da comunicação na leitura, aqui defendido por Marcuschi (1985, p. 03): autor, leitor e texto.

Com respeito a esse aspecto interativo da leitura defendido por esses autores, Cavalcanti (1983) faz um estudo a respeito dos princípios retóricos na interação leitor/texto, através de uma abordagem pragmática. Por princípios retóricos, a autora se refere aos princípios comunicativos pragmáticos referentes aos atos de fala. Ela sugere que há uma busca de equilíbrio constante na interação leitor/texto e que essa busca resulta em problemas de interpretação pragmática para o leitor. Essa busca de equilíbrio constante na interação leitor/texto nada mais é que uma negociação entre o leitor e o autor via texto, como veremos a seguir.

Widdowson (1978) ressalta o aspecto comunicativo da leitura no qual o autor simula um leitor imaginário com quem ele negocia e cria suas próprias condições para a comunicação: uma simulação de um possível diálogo com um possível leitor. O mesmo processo, segundo ele, se efetua a partir do leitor: ele recebe as informações veiculadas pelo texto e a comunicação envolve a transmissão das informações de um mundo particular para outro, do mundo do autor para o mundo do leitor, via mundo do texto. O leitor tem que relacionar aquilo que o autor diz através do texto a um esquema pré-existente e ele (o autor) orienta todo um “cenário”, através do qual é oferecido um modelo situacional para esse leitor. Segundo Sanford e Garrod (1981, p. 127), cenário “é uma rede de informações invocadas a partir da memória de longo-alcance por um *input* linguístico particular”.

Portanto, para que um texto seja compreensível, ele tem que fornecer um modelo comum entre o autor e o leitor. Sendo o texto a matéria-prima, ele encerra três mundos: o mundo de quem elaborou o texto (o do autor A), o mundo de um leitor simulado (L), e o mundo do próprio texto (T) (vide fig.1) E, assim como o autor tem que interagir via texto, simulando o mundo do leitor, também o leitor interage via texto, negociando com o mundo do autor através de um ato, não de

submissão, mas de asserção; e é nessa negociação que se dá a alimentação de toda a referência para o processo da leitura. E, embora o leitor possa negociar o sentido do texto em seus próprios termos, essa negociação deve seguir regras impostas pelos vários e complexos elementos que o texto traz e que oferecem um modelo através do qual o leitor monta o seu cenário mental, cenário esse que tem como base o seu conhecimento e a sua experiência (as suas condições de leitor), que vão fundamentar toda a estrutura da interação autor/leitor/texto.

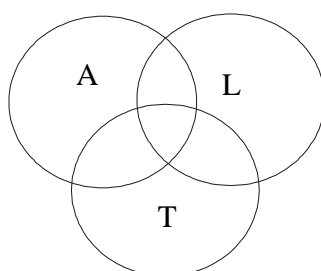


Fig. 1: Intersecção de mundos

Não devemos nos esquecer, porém, de que o texto tem a sua autonomia, ou seja, existe um nível de verdade e de falsidade que deve ser preservado, bem como, no que se refere ao nível de funcionamento intencional, alguns itens que também devem ser preservados e que são captados por todos os leitores.

Queremos ressaltar que o texto, apesar de ser apenas um instrumento no tripé da comunicação, não deixa de ter o seu mundo próprio, aquele mundo que corresponde ao seu valor relativo em todos os níveis do texto, do linguístico ao pragmático, das informações objetivas às intenções.

Quanto ao conhecimento do leitor, elemento básico para a interação, Sanford e Garrod (1981) usam o termo “base de conhecimento” para se referir a todas as informações estocadas na memória e que são trazidas à luz ao se entender um texto.

Podemos afirmar, então, que o conhecimento do leitor condiciona o processo interativo da leitura e que a memória é uma peça chave nesse processo como armazenadora de conhecimento.

Observamos, também, que o texto é apenas a matéria-prima que serve como ponto de partida para a compreensão, que terá significação apenas através da interação com o leitor; e que a leitura só passa a ser um processo interativo na medida em que o leitor consegue, através do texto e de seus conhecimentos individuais que atuam como base referencial, atingir o mundo do

autor que está inserido no texto, chegando a um modelo comum e culminando com a compreensão.

Leitura: um processo inferencial

A partir da noção de leitura como um processo de compreensão, como um processo interativo entre o leitor, o autor e o texto, verificamos que a compreensão é também uma integração daquilo que o leitor tem retido na memória, com o que lhe é oferecido durante a leitura; dos conhecimentos adquiridos, com aqueles em fase de aquisição.

Podemos afirmar que o conhecimento prévio e a memória de longo, médio e curto alcance são dois aspectos importantes na compreensão e, em decorrência disso, sendo a memória um armazenador e processador de conhecimento, ou seja, um instrumento de trabalho nesse processo, foram criados vários modelos teóricos tentando explicar como os conhecimentos individuais se organizam na memória.

Não vamos aqui nos deter em explicar cada um desses modelos bastante conhecidos, não só entre os cognitivistas, como entre os estudiosos da Inteligência Artificial e da Linguística de Texto. Tanto o modelo de Minsky (1975) com os “frames”, quanto o de van Dijk (1980) com os “esquemas”, o de Schank e Abelson (1977) com os “*scripts*” e o de Sanford e Garrod (1981) com os “cenários”, todos mostram, à sua maneira, que os conhecimentos individuais pré-existentes ativam determinados modelos mentais que vão determinar, durante a leitura, compreensões diferentes para um mesmo texto, e até mesmo no caso de um mesmo indivíduo que é capaz de se reorganizar. Isso se explica devido ao caráter dinâmico da memória, que, segundo Marcuschi (1984, p. 04.), “[...] não é um repositório caótico de coisas e sim um instrumento estruturado e estruturante, com grande dinamismo e capaz de se organizar a todo momento.”.

Segundo Sanford e Garrod (1981, p.117), usamos o *input* linguístico para formar representações de situações ou eventos (“cenários”) a partir da memória de longo alcance quando temos informações suficientes para fazê-lo. De acordo com esses autores, um texto serve para estabelecer uma procura na memória de longo alcance para um modelo de um episódio ou situação reconhecível (o “cenário”) no qual se ajustará. O leitor terá, então, como sistema de referência, duas fontes: as informações do “cenário” (que estão implícitas) e as informações do *input* textual (que estão explícitas).

Para Flood (1981), existem dois tipos básicos de inferência: aquelas baseadas nos elementos textuais e aquelas baseadas no indivíduo (de fora do texto).

Somos de opinião que tanto Flood como Sanford e Garrod partilham da mesma opinião quanto ao sistema de referências existente e ao processo inferencial durante a compreensão de um texto.

Se tomarmos a inferência como um processo de introdução de um elemento não presente (novo) dentro de alguns elementos presentes (dados), chegamos à conclusão de que o processo de compreensão na leitura é uma operação cognitiva de preenchimento de espaços que, pouco a pouco, passam do não-dado para o dado, através de um processo de relacionamento referencial entre um e outro. Essa noção de inferência lembra Halliday (1976) com sua distinção entre informação dada e não-dada e a estratégia do dado e do novo, de Clark e Haviland (1974), bem como a noção de inferência autorizada, introduzida por Clark (1977).

Halliday (1976) faz uma distinção entre dois tipos de informação veiculados dentro de um texto. Um tipo seria o da informação dada, em que ela parece se relacionar de uma forma direta ao que veio antes, e o outro seria o da informação nova, em que ela está sendo introduzida no texto pela primeira vez. No texto escrito, segundo ele, nos baseamos em sinais sintáticos para indicar o dado e o não-dado. Para Halliday, um leitor é capaz de saber o que está na sentença que se relaciona a um assunto anterior, com base simplesmente numa análise inicial sintática.

Essa mesma ideia foi desenvolvida por Clark e Haviland (1974) num modelo explícito de processo de coesão. A essência da explicação desses autores é a ideia segundo a qual um falante e um ouvinte têm um contrato de comunicação que depende da estrutura dada-nova da língua. Assim como o falante deve concordar em tentar construir seus enunciados de modo que a informação dada tenha coisas que ele acredita que o ouvinte já sabe e que a informação nova seja realmente nova para o ouvinte, da mesma forma o ouvinte primeiro identifica o dado e o novo e chega à conclusão que esperam que ele já conheça o dado e, então, ele procura em sua memória algo para combinar.

Clark (1977), a partir dessa estratégia do dado e do novo desenvolvida juntamente com Haviland (1974), lança a noção de inferência autorizada. Segundo ele, existem inferências que são autorizadas e aquelas que não o são, ou seja, inferências que o falante/autor pretendia que fossem feitas através de um determinado texto e inferências que não estavam necessariamente nos planos do produtor da mensagem veiculada através do texto.

O problema, segundo ele, é descobrir aquilo que o produtor do texto pretendia que entendêssemos, ou seja, a sua intenção; e a solução desse problema está na utilização de três ingredientes básicos: o conteúdo explícito da sentença, as circunstâncias que cercam o enunciado e um contrato tácito existente entre o produtor e o receptor do texto acerca das informações dadas e novas.

Tais ingredientes estariam assim distribuídos: o receptor toma aquilo que está realmente explícito na sentença, registra os aspectos relevantes das circunstâncias e consulta implicitamente o contrato existente entre ele e o produtor do texto com relação àquilo que tal sentença significaria sob tais circunstâncias e, em seguida, deduz o significado pretendido pelo enunciado.

Embora Clark (1977, p. 249) se baseie em fontes linguísticas de implicatura, inferências pragmáticas geradas em função das intenções ou força ilocucional do texto, segundo ele mesmo afirma, muitas das implicaturas por ele ilustradas poderiam ter sido inferidas a partir de fontes não-linguísticas. Essa mesma ideia ficou mais claramente estabelecida por Grice (1975, p. 41-58) através do Princípio de Cooperação e das Máximas Conversacionais.

Queremos ressaltar que as ideias desenvolvidas por Halliday (1967), por Clark e Haviland (1977) e Clark (1974), separadamente, levam em consideração essencialmente a superfície do texto, o mesmo não acontecendo com a proposta eminentemente pragmática de Grice (1975).

Sanford e Garrod (1981, p. 97) discordam de Clark e Haviland. Segundo eles, “[...] mesmo em casos em que os sinais sintáticos não indiquem que a informação seja **dada**, o leitor geralmente faz o mesmo tipo de inferência.” Assim, pode haver outros mecanismos responsáveis pela instigação das inferências de ponte referencial que dão coesão ao texto.

A partir disso, sugerem um processo de ponte controlado semanticamente e dirigido pelo contexto em que a referência ocorre, de modo que o leitor passa pelas etapas de testagem de pontes, mesmo na ausência de pistas sintáticas apropriadas para a informação dada.

Somos de opinião que a ideia de Sanford e Garrod leva em consideração o processo inferencial do ponto de vista sintático-semântico, enquanto Halliday e Clark e Haviland se apoiam na sintaxe, e Grice consegue, através de princípios pragmáticos, estabelecer mais claramente esse contrato de comunicação, através de sua noção de implicatura que nada mais é que uma inferência de ponte em um nível essencialmente pragmático.

Se tomarmos a definição de inferência de Haukawa (1939), conforme citado em Flood (1981, p. 55), segundo a qual “A inferência é uma afirmação sobre o desconhecido baseada no

conhecido”, veremos que a inferência também é um processo interativo, através do qual os leitores tiram suas conclusões a partir do que lhes é oferecido no texto e fora dele, tanto durante como após a leitura do texto; o texto em si serve apenas como um estimulante para a geração da inferência, como no tripé da comunicação escrita: autor, leitor e texto.

Considerações finais

Assim, tendo em vista os modelos teóricos aqui apresentados, podemos considerar a leitura como um ato de interação comunicativa e um processo inferencial, envolvendo três mundos: o do autor, o do leitor e o do próprio texto, os quais se relacionam num binômio intencional/inferencial, ou seja, a inferência de intenções na interação autor/leitor.

Referências

- ALLIDAY, M.; HASAN, R. **Cohesion in english**. London: Longman, 1976.
- CAVALCANTI, M.C. *Frames and schemata in FL reading*. In: ENCONTRO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE LÍNGUA INGLESA, 5., São Paulo, **Anais...**São Paulo: 1983.
- CLARK, H.H.; HAVILAND, S.E. *What's new? Acquiring new information as a process in comprehension*. **Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior**, v. 13, n. 6, p. 512-521, oct. 1974.
- CLARK, H.H. *Inferences in comprehension*. In: LABERGE, David; SAMVELS, S.Jay. (Eds.) **Basic processes in reading: perception and comprehension**. Hillsdale, N. J. :Erlbaum, 1977.
- _____. *et al.* (Eds.) **Thinking readings in cognitive science**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- FLOOD, J. *Prose comprehension: a selected review of literature on inference-generation as a requisite for understanding text*. **Comprehension and the competent reader**. New York: Praeger Publ., 1981.
- GRICE, H.P. *Logic and conversation*. In: COLE, Peter; MORGAN, J. L. (Eds.). **Syntax and semantics**. London: Academic Press, 1975, v. 3, p. 41-58.

MARCUSCHI, Luís Antonio. Leitura como processo inferencial num universo cultural-cognitivo. **Leitura: Teoria e Prática**, Campinas, a.4, n.5, jun.1985.

_____. **Linguística de texto**: o que é e como se faz. Recife: Editora da UFPE, 2009.

SANFORD, A. S.; GARROD, S. C. **Understanding written language**: explorations of comprehension beyond the sentence. Chichester, John Wiley & Sons, 1981.

WIDDOWSON, H.G. **Teaching language as communication**. London: Oxford University Press, 1978.

_____. **Explorations in applied linguistics**. London: Oxford University Press, 1979.

Recebido em: 09/05/2014

Aprovado em: 09/06/2014

Para referenciar este texto:

OLIVEIRA, Maria Lúcia Ribeiro de. A inferência de intenções na interação autor/leitor. **Revista FAFIRE**, Recife, v. 4, n. 1, p. 44-51, jan/jul.2011.